

Contenção em dois tempos: o Brasil no golpe uruguaio.

André Luiz Godoy Ponce (Universidade de São Paulo)

A política externa brasileira é, usualmente, apresentada enquanto unidade relativamente homogênea, embasada nas propostas inspiradas por Rio Branco, expressa em não intervenção e pronta a atender demandas de natureza econômica. À medida que novos documentos são publicados, especialmente oriundos do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, no âmbito do Freedom Act Information (FOIA), mas também da chancelaria brasileira, podemos perceber que a projeção do Brasil sobre o continente sul-americano no período militar foi muito além do simples discurso, apontando para uma política externa distinta da considerada tradicional em sua diplomacia. Também é possível notar que a postura dos Estados Unidos não foi unívoca, apresentando por vezes sinais contraditórios e exibindo forte tensão entre as agências responsáveis pela formulação e decisão em assuntos internacionais deste país.

Com o intuito de contribuir com esse debate, o presente artigo pretende explorar, ancorado na documentação já citada, no noticiário impresso e na bibliografia sobre o tema, a ação brasileira nos assuntos internos uruguaiois em dois momentos distintos – 1964-66, sob a presidência de Castelo Branco, e 1970-72, na gestão de Emílio Garrastazu Médici –, bem como a posição do governo norte-americano nesses episódios.

A propósito, verifica-se que, em primeira oportunidade, os Estados Unidos procuram desencorajar a ação brasileira, considerando inadequado um golpe de estado na República da Banda Oriental; sintomaticamente, o terço final do mandato de Lyndon Johnson aponta para um esfriamento nas relações com o Brasil. Já em 1971, no bojo da doutrina Nixon-Kissinger, as pretensões nacionais são estimuladas, inseridas num quadro maior de intervenções.

10.4025/6cih.pphuem.469

Aparentemente o Uruguai constitui o primeiro alvo externo da política de contenção imaginada pela Doutrina de Segurança Nacional brasileira.

A construção do Baluarte.

Pouco depois do golpe brasileiro as atenções das autoridades instituídas se voltam para o Uruguai. A presença dos exilados, particularmente Brizola e Jango, seguramente contribuiu para isso; por outro lado, não devemos considerar esse fato como fator exclusivo para as iniciativas que serão fundadas nesse momento. O projeto militar brasileiro, de forte base geopolítica, adepto das fronteiras ideológicas e disposto a transformar o país em potência e líder hegemônico do continente sul-americano seguramente estimulou as ações em direção ao nosso vizinho do Sul.

Atravessando uma crise econômica e social, que terá sua óbvia repercussão na esfera política, a república uruguaia distanciava-se da ideia de “Suíça da América Latina’ e sua única democracia verdadeira” (Hobsbawn, 1995:115); já em 1964 a hipótese de golpe era ventilada, ainda que em escala muito reduzida. Em 1965, principalmente após as quebras bancárias – sendo a do Banco Transatlântico a mais rumorosa –, os movimentos grevistas e a ascensão da esquerda, em especial nos meios estudantis, sinalizavam, na interpretação dos dirigentes brasileiros, a ação do comunismo internacional e, sendo assim, urgia a construção de uma política externa capaz de enfrentar essa ameaça.

Conforme aponta Clara Aldrighi, a partir do golpe civil-militar brasileiro surge uma nova prática: “os adidos militares de Brasil, Argentina, Uruguai e Estados Unidos presentes nos países da região, em permanente contato com as cúpulas das Forças Armadas (FFAA), começam a protagonizar uma ativa diplomacia militar, com importantes efeitos políticos, paralela a empregada pelos embaixadores e diplomatas das distintas chancelarias” (Aldrighi, 2012:44

– tradução adaptada deste autor). No caso brasileiro, talvez a atuação não fosse tão paralela.

A partir de 1964, ocorreu uma intensa correspondência diplomática entre as embaixadas norte-americanas em Montevideú, Rio de Janeiro e o Departamento de Estado. Da mesma forma, foi constante a comunicação entre diplomatas e militares ligado à Embaixada dos Estados Unidos com seus congêneres, bem como com políticos uruguaios e brasileiros. E, ainda mais sugestivo, dois personagens atuaram por inúmeras vezes nos episódios em tela: Lincoln Gordon, embaixador norte-americano no Brasil, e Vernon Walters, adido militar da mesma representação (desnecessário recordar a atuação de ambos na conspiração que levou à derrubada de João Goulart no Brasil¹). Ao mesmo tempo, brasileiros e uruguaios com inclinação golpista estabeleceram constante diálogo, inclusive com deslocamento entre os dois países.

As primeiras manifestações norte-americanas² dão conta da preocupação com o crescimento da esquerda na Banda Oriental e com as tentativas de golpe, ressaltando, todavia, que não acreditavam na possibilidade de uma tomada do poder, seja por elementos comunistas ou por membros da direita, e que os golpistas eram escassa minoria, com remota possibilidade de êxito. Ainda assim, a movimentação desses sujeitos entre Brasil e Uruguai será monitorada e, quando necessário, os representantes de Washington interpelarão as autoridades desses dois países.

Primeiras Insinuações.

Podemos identificar as primeiras iniciativas uruguaias no sentido de conseguir o apoio brasileiro para a deflagração de um movimento golpista em junho de 1964, com a visita do coronel Mario Aguerrondo³ ao Rio de Janeiro. Nesse momento, a diplomacia norte-americana, por ordem expressa do Departamento de Estado, inicia também sua jornada junto aos brasileiros, mas em sentido contrário: ao governo dos Estados Unidos não interessava uma aventura

10.4025/6cih.pphuem.469

golpista no Uruguai; ao contrário, a diplomacia norte-americana iria atuar decisivamente para evitar essa possibilidade. Mas, por que não interessava ao governo norte-americano um eventual golpe de Estado no Uruguai, considerando sua postura diametralmente oposta quando do movimento militar brasileiro? E, de fato, podemos inferir que o governo brasileiro atuaria no sentido de fomentar a ruptura no Uruguai? Os documentos fornecerão pistas para tentar responder a essas questões.

A reação da embaixada americana no Rio à citada visita de Aguerondo, bem como à visita de Romero Rosa, coronel da inteligência do exército brasileiro, aos comandantes militares uruguaios foi imediata. Vernon Walters adverte a seus interlocutores brasileiros sobre as qualificações duvidosas do coronel uruguaio, ao mesmo tempo em que procura certificar-se das intenções de Romero. A esta altura, já são numerosas as avaliações sobre a situação política uruguaia e a melhor opção do ponto de vista dos Estados Unidos. Vale lembrar que, nesse período, o poder executivo na República Uruguaia era exercido por um colegiado⁴, sistema considerado por muitos como ineficiente e que atendia apenas às necessidades eleitorais dos partidos. Porém, na avaliação da embaixada dos EUA, ainda que concordando parcialmente com as considerações desfavoráveis ao colegiado, esta era a situação que melhor atendia aos interesses de Washington.

Para os brasileiros, contudo, havia outras complicações. Em primeiro lugar, o Uruguai recebeu diversos exilados políticos brasileiros, destacando-se Leonel Brizola e João Goulart, que fizeram de Montevideu sua base para a ação política, arregimentando forças para um eventual retorno ao Brasil. Sobre Brizola, mais especificamente, pairavam suspeitas de organização de um grupamento armado para a tomada do poder. Além disso, era parte integrante da estratégia geopolítica brasileira consolidar a influência do país em seus vizinhos no subcontinente⁵. Não podemos esquecer que no governo Castelo Branco os estrategistas da Escola Superior de Guerra (ESG) estavam em postos estratégicos na administração federal; entre seus mais conhecidos

10.4025/6cih.pphuem.469

líderes está Golbery do Couto e Silva⁶, que identificava o Brasil como o “baluarte do Ocidente” e estabeleceu as linhas gerais a ser observadas pelo país para atingir tal objetivo, prevendo ações em três campos amplos: o interno, o continental e o mundial, caracterizando cada um deles em termos de geopolíticas específicas.

Dentre as mais relevantes teses de Golbery está a “geopolítica de contenção, ao longo das linhas fronteiriças”, que pode ser lida no sentido estritamente de defesa territorial, nos quadrantes tradicionais da esfera militar; e, de fato, esta questão está contemplada, principalmente em relação ao Cone Sul. Mas o termo é bastante expressivo e deve ser pensado dentro da conjuntura de Guerra Fria, enquanto barreira à penetração de forças consideradas como de risco imediato. Já o então Coronel Carlos de Meira Mattos, partindo de constatações semelhantes, considerava possível, para o início do século XXI, o ingresso do Brasil no clube das grandes potências. Assim, propõe a modernização da doutrina militar brasileira, defendendo a tese de que o Brasil deveria construir um sistema militar de defesa e segurança capaz de garantir as rotas do Atlântico Sul – tanto navais quanto aéreas, preparando forças aeronavais com poder dissuasório, que, conjugadas com o poder terrestre, formassem um dispositivo estratégico de alta mobilidade⁷.

É importante ressaltar que essa mentalidade não estava impregnada apenas em oficiais de alta patente do Exército Brasileiro. O embaixador brasileiro no Uruguai, Manoel Pio Corrêa, participou ativamente das gestões para neutralizar as atividades dos exilados políticos. Mas, na avaliação do embaixador norte-americano, Wimberley Coerr, seu colega brasileiro não estava preocupado apenas com os rivais do regime militar; deduz ele, em comunicação ao Departamento de Estado, que “Pio Correa esta agindo de forma ativa para formar um grupo potencialmente golpista, que inclui militares e civis com capacidade gerencial”, embora ressalve que o brasileiro está “procedendo cautelosamente e quer manter-se em comunicação” com a embaixada norte-americana. O diplomata brasileiro de fato manteve, desde sua primeira

10.4025/6cih.pphuem.469

passagem por Montevideu anos antes, e no posto de segundo secretário da embaixada, ativo contato com militares uruguaios; enquanto embaixador, não foi diferente. E, além disso, demonstrava em suas comunicações um ânimo bastante similar aos do já referidos pensadores geopolíticos. Vale lembrar ainda que o embaixador brasileiro posteriormente será secretário-geral do Itamaraty e mentor do Centro de Informações do Exterior (CIEEX)⁸.

Este ano (1964) transcorre no tom de pressão brasileira sobre o Uruguai e gestões norte-americanas procurando evitar a ação golpista perceptível nos dois países. O ano seguinte apresenta um crescimento nas tensões, refletidas também na imprensa escrita. Em editorial de 17 de maio, o jornal *O Globo* promove contundente crítica aos que consideravam assunto estritamente de política interna e de natureza jurídica as “intervenções comunistas” nos países sul-americanos; para o editorialista, a presença de exilados políticos brasileiros estava intimamente associada à “atual desordem” no Uruguai e a situação em nosso vizinho meridional era similar a que motivou a invasão da República Dominicana. No dia seguinte, no *Jornal do Brasil*, em coluna assinada por Carlos Castello Branco, foi noticiado que a situação uruguaia era motivo de apreensão tanto nas chancelarias brasileiras quanto argentinas (embora a nota cite como origem das informações os serviços de segurança e informação). Para o jornalista, uma das soluções que poderiam ser previstas seria a de uma intervenção militar. Anota Castello Branco “(...) os recentes acontecimentos continentais sugeririam, como hipótese para uma irrupção esquerdista em Montevideu, uma intervenção da OEA do tipo da que se realiza em São Domingos”⁹.

Ao final da matéria, contudo, o colunista do *Jornal do Brasil* assegura que é uma hipótese pouco provável, uma vez que o Partido Comunista uruguaio não imaginava uma ação armada. Mas este não era o único partido revolucionário em ação na Banda Oriental; basta lembrar que em 1963 ocorreu a primeira ação direta revolucionária com o assalto ao Clube Suiço de Tiro de *Nueva Helvecia*, local em que foram subtraídos vinte fuzis – informação que não

10.4025/6cih.pphuem.469

escapava aos órgãos de segurança brasileiros. No mesmo periódico e na mesma data, em outra nota (esta não assinada), informa-se o pedido brasileiro para que Leonel Brizola – extensível a “outros elementos ligados ao parlamentar” – fosse “internado” em uma guarnição militar uruguaia, como forma eficaz de controlar o político e impedir sua ação conspiratória.

Todas as ações aqui relatadas – dentre as muitas outras que este espaço não permite explorar – irão se desenvolver entre todos os atores envolvidos, com pressão constante do governo brasileiro e as negativas de Washington em apoiar medidas de força no Uruguai. As discordâncias entre as propostas brasileiras e norte-americanas, neste e em outros assuntos, levam ao afastamento velado entre os dois governos, com a suspensão da ajuda financeira e militar ao Brasil. Como veremos a seguir, os próximos anos serão de escalada intervencionista.

Rumo ao Arbítrio.

O ano de 1969 marca o início de uma nova era nas relações interamericanas, coincidindo com a eleição de Richard Nixon para a presidência dos Estados Unidos, acompanhado de seu assessor de segurança, Henry Kissinger, e a posse de Emílio Médici para ocupar o mesmo cargo no Brasil. As propostas e aspirações desses dirigentes provocaram alterações qualitativas no relacionamento entre os dois países, com consequências ainda não inteiramente conhecidas. Anunciando as mudanças apenas três meses após o início da administração Nixon, os recursos previstos para o Brasil – contingenciados, como vimos anteriormente – são liberados, assim como são autorizados contatos informais sobre auxílio técnico e militar.

A doutrina Nixon, disposta a eleger países-chave capazes de colaborar intimamente com os EUA na tarefa de contenção do comunismo, mudava sensivelmente a direção da política externa norte-americana, com reflexos significativos nas relações com o Brasil e a América do Sul. Henry Kissinger

10.4025/6cih.pphuem.469

considerava o Brasil como um dos mais importantes desses países capazes de desempenhar a função primária no combate ao inimigo comunista. Importa ressaltar que os dois americanos consideravam que países não democráticos podiam ser bons aliados, e havia uma profunda preocupação com o avanço da esquerda no continente.

Em solo uruguaio, as tensões políticas e sociais continuavam críticas e em ascensão; os grupos adeptos da tomada revolucionária do poder ampliavam sua atuação, promovendo por vezes ações realmente espetaculares¹⁰ e executando sequestros com objetivos políticos e de arrecadação de fundos para a luta armada. No bojo dessa linha de ação, no dia 2 de agosto de 1970, foi realizado pelos Tupamaros o sequestro do cônsul do Brasil em Montevideú, Aloysio Dias Gomide, que permaneceria cativo por seis meses. É evidente que esta operação, para além do incidente diplomático, e pela coincidência de métodos utilizados pelos grupos revolucionários brasileiros, ensejou em Brasília – dentro dos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) – a percepção de uma orquestração internacional que colocaria em risco a estabilidade interna e exigiria uma resposta firme.

Também alarmante para os estrategistas brasileiros, foi a expectativa frente à eleição que ocorreu no Uruguai em 1971. A constituição da Frente Ampla, apoiada – ainda que com ressalvas – pelo MLN-Tupamaros e sua possibilidade de êxito disparavam um sinal de alerta. Mais uma vez, o conteúdo dos editoriais da imprensa brasileira fornecem pistas sobre a questão; segundo o editorial do jornal *O Estado de São Paulo*, de janeiro de 1971:

“O que ocorre no Uruguai está longe de ser um assunto interno desse pequeno país encravado entre duas grandes potências da América Latina, Brasil e Argentina. Dentro dos quadros continentais e hemisféricos, o que ali ocorre afeta a segurança nacional dos seus vizinhos.

10.4025/6cih.pphuem.469

(...), a verdade é que os acontecimentos do Uruguai ameaçam colocar-nos, de um momento a outro, diante de uma situação perfeitamente idêntica a aquela que em 1851 forçou o Brasil a transpor as fronteiras do sul (...)

O problema hoje, no Uruguai, como também em tantos outros países da América Latina, embora em graus variados, é o desafio representado pela subversão do comunismo internacional. (...).” (Reproduzido em Schilling, 1978:13-15).

Não estou afirmando que os editoriais jornalísticos foram porta-voz do governo brasileiro, mas parece evidente que tanto o ânimo quanto as concepções eram, se não compartilhadas, ao menos muito semelhantes. E sugerem, ainda em minha opinião, que procuravam fomentar uma atmosfera propícia a aventuras além de nossas fronteiras.

Completando essa brevíssima exposição de eventos, temos de anotar a reunião entre os presidentes Nixon e Médici, famosa após a sua divulgação em virtude das revelações que comprometem o governo do Brasil com o golpe desferido contra Allende, mas que apresentam outras importantes informações. O encontro entre estes mandatários, ocorrida em dezembro de 1971, é uma peça importante para a análise do momento histórico abordado, pois, a partir daí, ensaia-se uma ação internacional conjunta, em que, para Nixon “(...) importante seria que mantivessem um contato próximo, bem como meios de comunicação direta, fora dos canais diplomáticos normais (...)”. Médici, concordando com a proposta do presidente norte-americano, observa, ainda, “o magnífico trabalho feito pelo Coronel Moura como nosso (dos EUA) Adido de Defesa no Brasil”, acrescentando “o quão lamentável era a sua partida do país”; nota importante, o então coronel norte-americano permaneceu na fronteira sul do Brasil em visita às unidades militares do Exército semanas antes do processo eleitoral uruguaio. Parece-nos que a lembrança do Adido norte-americano, neste trecho da conversa, merece uma reflexão cuidadosa,

podendo indicar que as insinuações de força brasileira não eram apenas peças de retórica ou teorias de conspiração¹¹.

Os acontecimentos futuros do Uruguai, com a vitória de Juan Bordaberry e posteriormente com a instalação da ditadura uruguaia (1973) mitigaram a preocupação com o avanço da proclamada subversão nesse país, mas abriram caminho para as próximas ações repressivas em todo o continente sul-americano, incluindo a orquestração verificada nos anos da operação Condor. E, aparentemente, o Uruguai representou, como podemos depreender das próprias afirmações do embaixador Pio Corrêa, um laboratório propício para a ação brasileira.

Conclusão

A propósito dos eventos relatados, podemos elaborar algumas questões e suas possíveis respostas. Qual a explicação para as diferentes posturas norte-americanas nos dois momentos aqui abordados? Considero que a resistência ao golpe em meados dos sessentas está relacionada com a ausência de figuras confiáveis, no sentido dos interesses dos Estados Unidos. Além disso, não importava veleidades nacionalistas e autonomia nos países do sul; reflexos ainda de uma doutrina que se esgarçava. Com Nixon e Kissinger, inaugura-se uma nova fase, em que o objetivo de Estado é mais importante; o palco da Guerra Fria é estabelecido de fato na América do Sul e, nesse caso, um grau de nacionalismo e desenvolvimento autóctone é admitido, desde que significasse o distanciamento de propostas de esquerda e o isolamento de Cuba.

Do lado brasileiro, temos de refletir sobre o porquê dos presidentes Castelo Branco e Médici, considerando válidas suas diferenças em relação à política externa, pensaram da mesma forma sobre o Uruguai. Apesar de suas eventuais distintas vinculações em termos de grupos de poder, ambos raciocinavam a partir de uma mesma matriz, a DSN e a geopolítica gestada na

Escola Superior de Guerra. Não devemos menosprezar a força do pensamento de base geopolítica nas formulações e decisões dos mandatários de então – vale lembrar que o próprio embaixador Pio Corrêa é um diplomado da ESG. E, abordando a diplomacia tradicional, devemos perceber que, se papel do MRE num primeiro momento é fundamental, perde centralidade em termos decisórios na gestão Médici.

¹ Vale lembrar que os EUA agiram constantemente no intuito de desestabilizar o governo de João Goulart, prevendo inclusive ações militares para apoiar o golpe militar de 64, através da Operação Brother Sam. Obra fundamental para a compreensão desses episódios é “O grande irmão”, de Carlos Fico (conforme bibliografia).

² Os documentos dos EUA que embasam este artigo estão presentes nos arquivos do *National Security Archive*, nos arquivos históricos do Departamento de Estado norte-americano e na obra de Clara Aldrighi, 2012 (conforme bibliografia). A exiguidade de espaço disponível impossibilitou a menção, em nota, para cada documento específico.

³ O general Oscar Mario Aguerrondo foi chefe de polícia de Montevideú, e fundador da “Logia de lós Tenientes de Artigas”, comunidade militar francamente anticomunista e nacionalista. Participou ativamente na ditadura uruguaia. Não é o mesmo comandante do Batalhão de Infantaria Mecanizada 13, de relativamente recente noticiário.

⁴ O sistema de colegiado nacional, com vigência a partir de 1952, permitiu a repartição de poder entre os partidos tradicionais, na expectativa de evitar uma possível desestabilização dos padrões políticos uruguaio. O exercício da Presidência pessoal e uma retornará em 1966, aprovado por ampla maioria do eleitorado.

⁵ Subcontinente é utilizado no texto para evitar a repetição do termo América do Sul, com sentido geográfico, sem conotação hierárquica. Importante informar que o Decreto 5.484/2005, que aprova a Política Nacional de Defesa, utiliza a expressão subcontinente em referência à América do Sul.

⁶ As teses e informações do General Golbery, o “bruxo” do regime militar, constam de Silva, 1981.

⁷ Para as teses do general Meira Mattos ver Mattos (1977 e 1979).

⁸ O CIEX constituiu-se enquanto órgão de inteligência e informação, em apoio aos órgãos de segurança e repressão; calcula-se que esse serviço tenha sido responsável, através de dados por ele coletados, pelo desaparecimento de dezenas de ativistas de esquerda.

⁹ O editorial do jornal *O Globo* consta de Aldrighi, 2012. As notas do *Jornal do Brasil* constam de seu arquivo histórico. A crise de São Domingos refere-se ao golpe promovido pelos EUA naquele país, com desembarques de marines em abril de 1965, e posterior chancela da OEA. O Brasil enviou tropas para o país em apoio aos militares norte-americanos.

¹⁰ Apenas como exemplo de uma dessas ações, cito a fuga de 111 detentos, quase todos do MLN-TUPAMAROS, encarcerados no terceiro pavimento do presídio de *Punta Carretas*. O episódio tem contornos de cinema de ação. O termo correto é MLN-TUPAMAROS. Adoto por vezes a denominação tupamaros por economia de espaço.

¹¹ Adicionalmente, gostaria de ressaltar que o Presidente Nixon determina a promoção do Coronel Arthur S. Moura a General Brigadeiro, ordenando ainda sua permanência na Embaixada no Brasil. Nixon é enfático e afirma que “isso é uma ordem e não me interessam as tergiversações da burocracia do Pentágono”. Informação extraída do memorando do Departamento de Defesa, sem data.

BIBLIOGRAFIA

Aldrichi, Clara. **Estados Unidos y Uruguay 1964-1966. La diplomacia de la Guerra Fría (selección de documentos del Departamento de Estado)**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2012.

CERVO, Amado Luiz; BUENO Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 3ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2008.

Fico, Carlos. **O grande irmão: da Operação *Brother Sam* aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Garcia, Eugenio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. São Paulo: Ed Alfa-Ômega; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

GREEN, James N. **Apesar de Vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MATTOS, Carlos de Meira. **A geopolítica e as Projeções do Poder**. Rio de Janeiro: J. Olympio Editora, 1977.

_____. **Brasil: Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: J. Olympio Editora, 1979.

Nahum, Benjamín. **Manual de historia del Uruguay: 1903-2010.** 2ª ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

PADRÓS, Enrique Serra. **A Ditadura Brasileira de Segurança Nacional e a Operação 30 horas: intervencionismo ou neocisplatinação do Uruguai?.** Artigo publicado na Revista Ciências e Letras da UFRGS, nº 37, pp. 227-249,

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** 2ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil.** 3ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1981.

Spektor, Matias. **Kissinger e o Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.